

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: O ARQUIVO EDGARD LEUENROTH COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NO BRASIL¹

Lara Lucena Zacchi²

Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Luiz Augusto Possamai Borges³

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: Os traumas sociais, históricos e subjetivos marcados pela ditadura civil-militar brasileira – na história recente e nos corpos dos sujeitos – vêm sendo tensionados a partir de pesquisas e descobertas recentes em arquivos, apresentando novas perspectivas sobre as complexidades, estratégias e resistências realizadas nesse contexto. Nesse sentido, este artigo pretende analisar o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp), fundado em 1974, como um lugar de memória sobre a ditadura brasileira e os movimentos sociais que emergiram e se articularam no Brasil nesse período. Também, objetivamos discutir as redes que o movimento homossexual brasileiro manteve com o movimento lésbico, travesti, trans, de mulheres, feminista, negro e de trabalhadores/as. Dessa forma, o trabalho também possibilita o entendimento do contexto atual brasileiro, na medida que fornece outras estratégias de análise, as quais levam em conta arquivos (documentos, registros de reuniões, fotografias, recortes de jornais), narrativas orais e outras fontes pela ótica LGBTQI+, contribuindo para as contínuas resistências no tempo presente. Assim, entendemos o AEL como um arquivo vivo das sexualidades dissidentes, posto que preserva e disponibiliza fontes de movimentos populares. Por fim, consideramos a fulcralidade social desse arquivo público, capaz de preservar memórias que, em muito, tentam ser obliteradas do curso da História.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBTQI+. Ditadura civil-militar brasileira. Arquivo. Memória.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC), bolsista CAPES. Bacharela e licenciada em História pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do Laboratório de Ensino de História (LEH/UDESC). Telefone: (48) 3721-3521. E-mail: laralucenaz1@gmail.com.

³ Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o quadro de pesquisadores/as/xs associados/as/xs do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), no qual é bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Telefone: (48) 3721-3521. E-mail: luizaugustopossamai@hotmail.com.

RESISTANCE SPACES: THE EDGARD LEUENROTH ARCHIVE AS A PLACE OF DISSIDENT SEXUALITY MEMORY IN BRAZIL

ABSTRACT: *The social, historical and subjective traumas inflicted by the Brazilian civil-military dictatorship period (in recent History and in the bodies of the subjects) have been revisited through recent research and novel discoveries found in memorial archives, leading to new perspectives on the complexities, strategies and resistances carried out in such period. With respect to this matter, this paper aims to reflect on the Edgard Leuenroth Archive (AEL/Unicamp, founded in 1974) as a site of memory regarding the Brazilian dictatorship period and the social movements that were articulated and emerged from the anti-democratic regime in the country. Furthermore, this article sketches a discussion regarding the dialogues that Brazilian homosexual movement sustained with lesbian, trans, feminist, black and worker movements. By doing so, this work brings up the current context experienced in Brazil, as it provides novel analysis approaches that take into account archives (documents, meeting records, photographs, newspaper clippings), oral narratives and other sources through LGBTQI+ optics, which contribute to the continuous resistance in the present moment. Thereof, AEL is understood as an live archive of the dissident's sexualities, since it preserves and makes available popular movements sources. Finally, the social importance of this public archive is considered here as capable of preserving memories that were intended to be obliterated from the course of History, in one way or another.*

KEYWORDS: *LGBTQI+ Movement. Brazilian civil-military dictatorship. Archive. Memory.*

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: O ARQUIVO EDGARD LEUENROTH COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NO BRASIL⁴

Introdução

Da violência à conscientização

Os caminhos da violência tomam hoje, formas assustadoras. Exemplificando, não só na violência biológica, a psíquica, e em nome da moral e dos bons costumes, que os donos do sistema tentam impi[n]gir na população desinformada, e uniformizada pelos manipuladores da cultura de massa.

[...]

A conscientização viria com a queda dos velhos valores burgueses sobre a sexualidade, e a tomada de consciência sobre o corpo, a mente e a busca dos objetivos (felicidade) de cada um.

De qualquer modo “carinho com respeito”, por você mesmo e pelos outros, nunca fez mal a ninguém.⁵

A epígrafe que abre este trabalho⁶ diz respeito a um trecho de um artigo publicado no jornal *O Corpo*⁷, lançado entre a virada dos anos de 1981 e 1982 no Brasil, período final da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O periódico, que apresenta esses trechos de protesto, foi produzido pelo grupo Somos/SP, o qual é considerado o primeiro movimento homossexual organizado do Brasil. Algumas edições de *O Corpo*, hoje salvaguardadas no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), apresentam reivindicações do movimento homossexual brasileiro que, durante a ditadura brasileira, evocava e ansiava pelo fim da violência e perseguição de Estado instituída sobre todas e todos os corpos que, de alguma forma, resistiam ao poder hegemônico. Ao apresentar essas reivindicações, este documento histórico é capaz de demonstrar parte da luta de uma geração.

Partindo dessas considerações, o trecho nos encaminha para algumas reflexões que serão realizadas nesta pesquisa, como a problematização da importância da consciência e da preservação da memória e do

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

⁵ Transcrito do jornal *O Corpo*, edição nº 1 dos meses de dezembro de 1981 e janeiro de 1982, produzido pelo grupo Somos/SP (1978-1983).

⁶ O presente trabalho é resultado de nossa pesquisa de campo no Arquivo Edgar Leuenroth, em Campinas/SP, realizada em outubro de 2018 enquanto bolsistas do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integrantes do projeto “Mulheres de Luta: esquerdas e feminismo (1964-1985)” do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto foi coordenado por Cristina Scheibe Wolff e financiado pelo Edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais da CAPES.

⁷ O CORPO, 1981. In: AEL/UNICAMP.

patrimônio das sexualidades dissidentes que lutaram no período da ditadura civil-militar no Brasil, preservadas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O trecho d'*O Corpo*, assim como as centenas de fontes averiguadas no AEL, redimensionam nosso estudo para entendermos uma cartografia de resistências e lutas desempenhadas nesse período e durante a redemocratização brasileira (1985-1989). Nossa abordagem teórico-metodológica se apoia nos campos dos estudos de gênero e das sexualidades, do arquivo e das relações entre História e memória. Portanto, buscamos compreender essas categorias como chaves para pensarmos sobre as potencialidades das fontes documentais existentes no AEL, sobretudo, para o desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas nos campos da História e Arquivologia numa ótica da memória e história das sexualidades dissidentes.

A epígrafe retoma trechos de estratégia que articulam emoções e histórias de vida de uma geração de outrora. Todavia, suas permanências são pulsantes diante do atual cenário sociopolítico brasileiro, também marcado pelo moralismo, conservadorismo e pelo avanço de partidos de extrema direita ao poder político⁸. Em sentido próximo ao que advoga o sociólogo Sam Bourcier, ao nos engajarmos em uma intervenção arquivística e histórica ativa e crítica da memória e do arquivo vivo LGBTQI+⁹, não retomamos ou problematizamos só o passado dos nossos documentos, mas também o momento atual e, conseqüentemente, o horizonte futuro, igualmente tão presente. Assim, articulamos os tempos históricos, na medida que, ao refletirmos acerca de problemas próprios ao tempo presente, retomamos as experiências do ontem e delineamos expectativas, métodos e resoluções para um amanhã mais crítico e com equidade¹⁰. Portanto, propomos neste artigo, compreender particularidades do AEL e de sua documentação (considerando em especial as coleções pesquisadas), compreendendo-os enquanto espaços que articulam e preservam resistências passadas e presentes, sobretudo de parte da população LGBTQI+¹¹.

Nesse sentido, o fio condutor deste artigo diz respeito à história do AEL e a importância social de seu trabalho arquivístico, pensando-o como um lugar de memória¹² e arquivo vivo LGBTQI+¹³ público, que historicamente vem preservando diversas memórias e patrimônios – materiais e, sobretudo, documentais – de movimentos de dissidência sexual, feministas e dos movimentos de esquerda brasileiros.

⁸ Para entender mais sobre a guinada conservadora e anti-gênero, conhecida também por ideologia de gênero, nos últimos anos no Brasil (Cf. CORRÊA; KALIL, 2020).

⁹ BOURCIER, Sam. *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l'archive, c'est en nous qu'il bat*, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Importa evidenciarmos que a documentação que o AEL salvaguarda diz respeito a uma parcela considerável da história dos movimentos e lutas das sexualidades dissidentes no Brasil, não dando conta de abranger plenamente suas complexidades e singularidades. Ainda que consideramos o AEL um relevante espaço de memória para a luta destes movimentos, implica aqui reiterar que algumas sexualidades encontram suas histórias mais representadas na documentação do AEL que outras, também por questões que relacionam-se ao contexto histórico representado por estes documentos.

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

¹³ BOURCIER, 2018.

Após essas reflexões, pretendemos demonstrar a capacidade do AEL em produzir conhecimentos outros no campo historiográfico, posto que possibilita que seus documentos sejam publicamente utilizados para a pesquisa e o ensino da História. Com a finalidade de estabelecer essas reflexões, apresentamos parte das investigações que vêm sendo realizadas pelo LEGH acerca da memória feminista e dos movimentos das sexualidades dissidentes nas ditaduras dos países do Cone Sul (1954-1990) e a sua relação intrínseca com os trabalhos que temos desenvolvido sobre os documentos contidos no AEL¹⁴.

O Arquivo Edgard Leuenroth: criação, permanência e resistência

O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) foi fundado no ano de 1974 na Unicamp, abrigado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) a partir da coleta e preservação da documentação pessoal do militante anarquista Edgard Leuenroth – jornalista e líder da Greve Geral de 1917, a primeira grande mobilização dos trabalhadores/as no Brasil. O Arquivo foi criado com o propósito de preservar documentos relacionados à história da formação do proletariado no Brasil¹⁵. Posteriormente, devido à recuperação e doação de uma variedade de documentos que perspectivavam os diversos movimentos sociais brasileiros a partir de seus diferentes vieses¹⁶, o AEL se consolidou como referência de preservação da memória(s) dos movimentos feminista, lésbico, homossexual e travesti¹⁷. Também, de um modo geral, das militâncias de esquerda atuantes no período da ditadura civil-militar brasileira.

Ao refletirmos sobre a fundação do AEL, ressaltamos que foi realizada sob o contexto do Estado de exceção violentamente instituído pela ditadura civil-militar brasileira a partir do Golpe de 1964¹⁸. O período foi marcado pela censura, perseguição, repressão e tortura aos corpos e subjetividades daquelas/es que, de distintas maneiras, ousaram resistir. As múltiplas resistências traduziram-se nas suas mais variadas formas, dentre as quais é possível mencionar, a resistência na luta armada, guerrilha, clandestinidade e exílio; as estratégias de resistência individuais e coletivas desenvolvidas em situação de cárcere político por homens e mulheres; a efervescência dos movimentos feministas, de mulheres e das sexualidades

¹⁴ Agradecemos aqui às contribuições de Jair Zandoná que, enquanto membro de nossa equipe de pesquisa realizada no AEL em outubro de 2018, auxiliou nos diversos processos que envolvem o trabalho aqui desenvolvido.

¹⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012.

¹⁶ Atualmente, o AEL abrange uma documentação que também se relaciona com diversos outros temas, tais quais: história do trabalho e da industrialização, do movimento operário, das esquerdas brasileiras, dos partidos políticos, da cultura e dos intelectuais, da questão agrária, dos direitos humanos e justiça, da imprensa, da opinião pública, da saúde e da antropologia. Para saber mais, conferir: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

¹⁷ Quantitativamente, as coleções que foram doadas e estão disponíveis em relação aos movimentos e populações LGBTQI+ no AEL são centradas no movimento homossexual e lésbico dos anos 1960, 1970, 1980 e 1990. Entretanto, no âmbito qualitativo, há um número pequeno, mas relevante, de documentações raríssimas dos anos 1970 e 1980 de travestis e de um rapaz transexual, ao qual tivemos acesso – como em panfletos, manifestos e correspondências. Para conferir alguns desses documentos (Cf. BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019).

¹⁸ Consideramos relevantes os estudos sobre a contextualização do Golpe de 1964 e suas imbricações sociopolíticas. Contudo, não cabe discutirmos o assunto com tamanha profundidade.

dissidentes que resistiram à repressão ditatorial e, ao mesmo tempo, ao conservadorismo estrutural dos ideais ditatoriais¹⁹.

A repressão ditatorial foi intensificada, sobremaneira, em 1968, a partir da implementação do Ato Institucional nº 5. Instituído pelo ditador Artur da Costa e Silva, o AI-5 estabeleceu o fortalecimento do aparato de censura e da violência de Estado, ao possibilitar o poder da repressão aos militares e governantes para punir aquelas/es que fossem consideradas inimigas/as da pátria²⁰. O enfrentamento ao contexto em questão foi marcado pela manifestação e efervescência de movimentos e organizações ligadas à esquerda brasileira, tais quais os movimentos operários, estudantis, indígenas, rurais, de mulheres, feministas, por exemplo²¹.

Neste mesmo conturbado ano de 1968, Edgard Leuenroth faleceu aos oitenta e sete anos. Foi a partir desse evento, inserido no contexto de censura e de perseguições próprias do regime ditatorial, que os documentos pessoais do jornalista foram deslocados de um galpão, no bairro do Brás na cidade de São Paulo, ao espaço em que se encontra até hoje, na Unicamp²². Inserido no contexto de clandestinidade, o transporte da documentação de Edgard Leuenroth foi realizado sob ameaças de bombas e súbitos ataques. Foi principalmente a partir da iniciativa dos professores Michael M. Hall, Paulo Sérgio Pinheiro, Manoel Tosta Berlinck, Fausto Castilho e o então reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, que esse empreendimento foi possível²³.

Sua criação se estabeleceu em meio às distintas ameaças de um regime totalitário e, devido ao trabalho cuidadoso de toda uma equipe, não se dissolveu em esquecimento. Face a essas colocações, compreendemos as maneiras pelas quais foi possível inaugurar um arquivo compreendido como subversivo à sua época. Entendemos que, ao atuar como forma de preservar uma memória ameaçada pelas estruturas dominantes de poder, o AEL tornou-se um espaço de resistência já em seus primeiros anos de atuação, a partir de sua fundação em 1974.

¹⁹ Ao pensarmos sobre essas resistências ao conservadorismo e à repressão do período da ditadura, citamos um movimento organizado em São Paulo, em 1980, no qual se articulou, nas ruas, lutas do movimento negro, feminista, travesti, lésbico e homossexual. Essa passeata emergiu da resistência à chamada “Operação Limpeza” comandada pelo delegado José Wilson Richetti, que almejava marginalizar, ainda mais, os corpos e subjetividades considerados “indesejáveis” pelo Estado moralista e conservador, reprimindo violentamente suas circulações em locais da cidade. Para saber mais (Cf. SIMÕES, 2018).

²⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. *FGV CPDOC*, s/d. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

²¹ Nesse sentido, citamos alguns dos diversos movimentos e organizações articuladas com a esquerda que, mesmo na clandestinidade e no contexto conservador, existiram e resistiram: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Comando de Liberação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Feminino pela Anistia, as lutas dos Trabalhadores Rurais, o movimento do sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, entre outros.

²² GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012.

²³ *Ibidem*.

Em seus anos iniciais, houve um relevante trabalho de organização e preservação do AEL, destacando-se o esforço de Marco Aurélio Garcia em administrar por muitos anos o arquivo, o qual obteve um incentivo estatal – a partir da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – que possibilitou a continuidade e fortalecimento do acervo do AEL. Além disso, face ao governo totalitário que ameaçava o conteúdo do acervo no seu período inicial, seus organizadores perceberam a necessidade de microfilmarem os documentos recebidos, salvaguardando-os em mais dois lugares: uma cópia foi encaminhada para o Instituto Internacional de História Social em Amsterdam e outra esteve depositada nos cofres do banco Citibank²⁴. O trabalho de coleta e preservação, então, se faz ainda mais significativo se levarmos em conta a já supracitada conjuntura instituída por aparatos do Estado e por uma parcela da sociedade civil, havendo repressão contra quaisquer ideias e manifestações designadas como de esquerda.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, começaram a ser doados os primeiros acervos documentais sobre o movimento homossexual, feminista e lésbico ao AEL. Em 1985, o então diretor Marco Aurélio Garcia, mandou convites aos movimentos homossexuais brasileiros para que doassem seus documentos ao arquivo. Entre 1985 e o início dos anos 1990, começaram a ser doadas as primeiras coleções documentais de grupos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, encaminhadas tanto por militantes quanto por familiares de pessoas falecidas ligadas aos movimentos desses espaços. Durante esse período foram doadas por ex-militantes documentações de grupos, como do Somos/SP, e os jornais da Turma OK/RJ²⁵, cedidas por Agildo Bezerra Guimarães. Em 1988 chegaram as primeiras documentações do grupo paulista Outra Coisa: Ação Homossexualista/SP²⁶ por meio de Antônio Carlos Tosta – ex-integrante e um dos fundadores do grupo. Em 1989 foram doadas as primeiras documentações do Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA, encaminhado por Luiz Carlos Mott, e do Triângulo Rosa/RJ, entregue por meio de João Antônio de Souza Mascarenhas²⁷. No final dos anos 1990, a família de José Bonachera Melgar enviou o restante da documentação do grupo Outra Coisa e uma pequena quantidade de documentações do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) de São Paulo. Portanto, as coleções presentes no AEL passaram a remontar a memória de uma parcela de indivíduos e movimentos de dissidência sexual dos anos 1970, 1980 e 1990²⁸.

²⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012.

²⁵ A Turma OK, da cidade do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros grupos de sociabilidades homossexuais do Brasil nos anos 1960. Para compreender com mais profundidade os grupos de sociabilidade homossexuais dos anos 1950 e 1960 (Cf. GREEN, 2000; PÉRET, 2012; SOLIVA, 2018; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020).

²⁶ Em prol de alcançar mais autonomia e independência em suas pautas e ações, o Outra Coisa, assim como o grupo Lésbico Feminista (LF) – que posteriormente se chamaria Grupo de Atuação Lésbico Feminista (GALF) – decidem sair em maio de 1980 do Somos/SP após discordâncias internas. Para entender melhor os cisões dentro do grupo Somos (Cf. ZANATTA, 1996/1997; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; IRE; SILVA; LENZI, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020).

²⁷ Para conhecer o papel da militância de João Antônio de Souza Mascarenhas no movimento homossexual brasileiro (Cf. HOWES, 2003).

²⁸ ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Ael*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

Partindo de nossa consideração acerca do AEL enquanto um espaço de resistência desde a década de 1970, refletimos também sobre sua inserção e relevância no tempo presente. O atual contexto brasileiro continua marcado por ideais conservadores, excludentes e desiguais, no qual observamos o fortalecimento da extrema direita no poder e de discursos e práticas antidemocráticas²⁹. Dessa forma, consideramos que o arquivo continua tendo a responsabilidade de resistir frente às classes dominantes, a partir do trabalho diário de uma equipe de profissionais empenhada em manter essas memórias acessíveis. Atualmente, o arquivo segue sendo coordenado por uma equipe e sua vasta documentação continua sendo cuidadosamente preservada e organizada. A necessidade de preservação do arquivo vem acompanhada da ameaça à(s) memória(s) de determinados grupos sociais e políticos, as quais, não raro, tentam ser apagadas do curso da História oficial. Consideramos, então, que o AEL em sua criação e permanência, operou e opera como um “lugar de memória”³⁰, existindo como um espaço de resistência.

O AEL como um lugar de memória e arquivo vivo LGBTQI+ no Brasil

Ao definirmos o Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória, o caracterizamos como um espaço imbuído de sentido material, simbólico e funcional – assim como define o historiador Pierre Nora³¹. Compreendemos o AEL como um espaço material, por preservar um determinado conteúdo tangível; como simbólico, por ser capaz de significar determinada experiência de uma minoria obliterada pelas narrativas oficiais, e, por fim, como funcional, por ser capaz de possibilitar a retomada, construção e transmissão de uma determinada memória passível de esquecimento³². Dessa forma, o trabalho de retomada e ressignificação dos documentos em um arquivo se faz pertinente, na medida em que “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações”³³.

Assim, ressaltamos que a documentação do AEL enquanto fonte historiográfica possibilita uma escrita da história que (re)pense e inclua os significados dessas memórias, a partir da utilização e publicização desses documentos enquanto mobilizadores da pesquisa e do ensino de uma história crítica.

²⁹ Vimos, nos últimos anos, projetos como o Escola sem Partido, por exemplo, terem um maior protagonismo na sociedade brasileira. Este projeto dialoga com práticas totalitárias e estimula a censura explícita de professoras/es, sob o disfarce de combater uma suposta “doutrinação esquerdista” nas salas de aula. Também, o projeto visa combater a chamada “ideologia de gênero” nas escolas, reproduzindo ideais conservadores e preconceituosos, que marginalizam sujeitas/os e baseiam-se no machismo e na LGBTQI+fobia.

³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: *Projeto História* - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ NORA, 1993, p. 22.

Ao considerarmos que o silêncio da história das sexualidades dissidentes é um silenciamento político³⁴, percebemos a relevância da produção de narrativas históricas a partir da utilização desses documentos. Ademais, torna-se uma resposta de resistência política tensionar esquecimentos cristalizados na historiografia, contribuindo, assim, para as resistências face às contínuas opressões e possibilitando a produção de novas/outras narrativas históricas que atuem sobre o presente.

As memórias com as quais trabalhamos neste artigo estão vinculadas à documentação do AEL, a partir de sua coleta, digitalização e análise. Durante a pesquisa no arquivo, foram consultadas as seguintes pastas que tematizam as lutas e mobilizações feministas e LGBTQI+: Atobá, Centro da Mulher Brasileira São Paulo, Coletivo Feminista Campinas, Darling, Gente Gay, Grupo Ação de Liberação Feminista – GALF, Grupo Feminista – coleção Elisabeth Souza Lobo, Grupo Outra Coisa, Grupo Somos, João Antônio Mascarenhas, O Snob, Oito de março e Triângulo Rosa.

A partir da coleta dessas coleções, foi possível realizarmos algumas topografias das resistências e lutas exercidas em vários estados da federação durante a ditadura e a redemocratização brasileira. A vasta documentação dessas lutas incluem correspondências, cartazes, panfletos, boletins informativos, registros de reuniões, documentos administrativos e periódicos de diferentes movimentos sociais, feministas e LGBTQI+ brasileiros, tais como: Somos/SP, GALF/SP, Outra Coisa/SP, Somos/RJ, Triângulo Rosa/RJ, Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA, Adé Dúdu – Grupo de Negros Homossexuais/BA, Somos/MA, Grupo Dialogay/SE, entre outros.

Levando em conta o conjunto global do patrimônio aqui estudado, seu funcionamento e sua metodologia de trabalho, nos debruçamos em compreender o AEL enquanto um arquivo vivo LGBTQI+³⁵, mas não unicamente. Nesse sentido, qual a principal característica que distingue o arquivo vivo dos demais modelos de arquivos? E, qual a sua função social, cultural e histórica dentro dos espaços aos quais estão inseridos?

Diante desses questionamentos, buscamos pensar o papel que cumpre o AEL em preservar e disponibilizar todas essas fontes, corroborando para a prática de novas pesquisas acadêmicas em várias áreas do conhecimento, como nas ciências humanas e da informação, a exemplo da História e Arquivologia. A partir do auxílio metodológico dessas duas áreas, podemos pensar diferentes perspectivas sobre como preservar as memórias e patrimônios materiais e documentais das sexualidades LGBTQI+, possibilitando, assim, a construção de narrativas outras sobre distintos períodos históricos³⁶.

³⁴ VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria. Outras Histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (Org.). *História & Teoria Queer*. Ied. Salvador: Editora Devires, 2018, v. 1, p. 123-142.

³⁵ BOURCIER, Sam. *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat*, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

³⁶ Ibidem.

Como pontua Sam Bourcier³⁷, o arquivo vivo tem uma metodologia distinta das demais filosofias e modelos de arquivos, como o arqueológico e o administrativo. O arquivo vivo se diferencia sobretudo dos dois últimos pelo grau de crítica às fontes e ao arquivo como um todo. O modelo arqueológico representaria um dos tipos mais clássicos de arquivos, seguindo o modelo tradicional de arquivar e expor vestígios materiais de um passado linear, “natural” e biológico³⁸. Já o administrativo, busca com recorrência, valorizar o passado e construir uma memória coletiva oficial, como feita politicamente e verticalmente pelo Estado. Dessa forma, o arquivo vivo teria uma proposta de ser mais ativo e crítico em todas as suas estruturas de funcionamento e entendimento de um arquivo, da seleção até aos problemas que são colocados às fontes³⁹.

Para o sociólogo, os arquivos nunca devem ser considerados como meros depósitos neutros de documentos. Ao abandonar essa perspectiva passiva e positivista de arquivo e, levando em consideração a virada paradigmática no campo da Arquivologia, complexifica-se o entendimento sobre os mecanismos e as relações de poder que envolvem a atividade de seleção, arquivamento, disponibilização e financiamento das fontes documentais de um arquivo. Torna-se, assim, a experiência arquivística mais profunda e crítica, tal como defendida metodologicamente pelo modelo do arquivo vivo⁴⁰. Levando em conta essa virada no campo da Arquivologia, Bourcier advoga sobre a fulcralidade de sempre se problematizar de forma crítica os silêncios e as permanências sobre o conjunto de documentação em qualquer arquivo, afinal nenhum arquivo está plenamente completo. Considerando que, durante todo o século XIX e grande parte do XX no mundo ocidental, as sexualidades dissidentes foram invisibilizadas, excluídas e marginalizadas de instâncias públicas da vida social, sob um discurso médico-jurídico patologizante e criminal, como não se questionar na atualidade sobre a especificidade e a importância social, cultural e histórica que representam as (r)e(s)istências dos arquivos vivos LGBTQI+⁴¹?

O AEL, enquanto arquivo vivo, além de resguardar a memória de movimentos sociais, como apresentado, cumpre um papel institucional como um arquivo público e situado nas dependências de uma universidade igualmente pública. Portanto, o AEL é uma fusão entre arquivo vivo e administrativo. Seguindo uma metodologia própria, o arquivo busca ser um espaço de preservação da memória coletiva de movimentos sociais e políticos da História do Brasil contemporâneo. Não sendo apenas um depósito de documentos fechados em caixas inacessíveis ou um acervo com meras fontes que buscam construir uma narrativa oficial e linear⁴², o AEL propõe ser um espaço que procura reduzir as zonas de silêncios

³⁷ BOURCIER, Sam. La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

sobre movimentos populares. Ao assumir essa prática frente à preservação do patrimônio histórico, o AEL, enquanto arquivo vivo público, corrobora para o exercício da difusão do conhecimento histórico crítico, na função social, política e institucional de colaborar para a pesquisa científica⁴³ e, conseqüentemente, para o ensino de uma História livre destes determinados silenciamentos.

Refletimos, então, sobre as múltiplas configurações que o AEL é capaz de significar até o tempo presente. A partir do diálogo com a socióloga Elaine Marques Zanatta⁴⁴, objetivamos apresentar alguns dos temas recorrentes nas documentações do arquivo, compreendendo as redes de identificações e informacional individuais e coletivas que o AEL tem a possibilidade de constituir. Ao apresentar um levantamento da documentação do arquivo, Elaine Zanatta realiza uma contextualização acerca dos movimentos homossexuais, lésbicos e feministas no Brasil, ao passo que demonstra trechos de documentos que representaram parte da história de toda uma geração.

A respeito dessa documentação, ressaltamos a presença de exemplares de boletins informativos, panfletos, fotografias, atas e registros de reuniões e encontros de grupos já supracitados. Essa documentação possibilita o entendimento dos processos de emergência desses grupos, as tensões estabelecidas entre si, bem como suas estratégias políticas de sobrevivência face ao contexto em que se inseriram. Além desses documentos, as correspondências e cartas pessoais, a/de coletivos e institucionais trocadas entre os/as sujeitos/as constituem-se enquanto documentos significativos nesse mesmo processo de compreensão dessas histórias. Os diversos encontros, reuniões, discussões, congressos e eventos realizados por esses grupos também são abordados, a exemplo dos registros do II e III Congresso da Mulher Paulista e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)⁴⁵. Além de resguardar a memória desses eventos que marcam a história política e das lutas de militantes homossexuais e lésbicos do período ditatorial brasileiro, o AEL preserva em seu acervo, documentações importantes sobre congressos – como o I Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados (EGHO), II EGHO, I Conferência Nacional dos Homossexuais da Convergência Socialista, I Encontro dos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), I Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados (EPGHO) e o I Encontro de Negros de Negros do Norte e Nordeste⁴⁶ – nos quais o movimento homossexual e lésbico estiveram na organização ou presentes.

⁴³ Segundo relatado pelos/as funcionários/as do AEL em outubro de 2018, há um projeto de digitalização de toda documentação existente sobre o movimento LGBTQI+, entretanto, devido à quantidade imensa de fontes, ainda é um projeto que está em andamento até o presente momento.

⁴⁴ ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Ael*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ BORGES, Luiz A. Possamai; ZANDONÁ, Jair. Entre lutas, afetos e emoções no Brasil: movimentos de liberação homossexual (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair. *IV Jornadas do LEGH: anais eletrônicos*. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2020, p. 399-412.

Também, acentuamos a relevância sociopolítica dos jornais *O Lâmpião da Esquina*, *Mulherio e Chana com Chana* para a história do movimento lésbico, feminista, homossexual e para os movimentos de esquerda do Brasil, presentes e salvaguardadas – com alguns exemplares – no AEL. Esses exemplares, em diálogo com as documentações já abordadas, nos permitem refletir sobre a possibilidade de interlocução entre os movimentos sociais da época, para além de suas tensões⁴⁷. As reivindicações de pautas em comum, bem como a solidariedade e as lutas entre os movimentos feminista, negro, lésbico, travesti e homossexual, tornam-se evidentes em alguns dos documentos encontrados, principalmente naqueles relacionados ao ato público contra a violência e repressão do delegado José Wilson Richetti, em 1980. A fim de exemplificar parte da solidariedade estabelecida entre as lutas desses movimentos, trazemos o documento abaixo:

VIDA AOS TRAVESTIS!
ATO DE PROTESTO AO ASSASSINATO DE TRAVESTIS - DIA 7, SÁBADO, ÀS 23 HS, NA FRENTE DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, NA R. GENERAL JARDIM, ENTRE CÂNDIDO MOTA E DR. VILANOVA. É PRECISO DETER OS ESQUADRÕES DE ASSASSINOS DE TRAVESTIS E A VIOLÊNCIA POLICIAL. [...] SE NÃO PROTESTARMOS, TODAS AS MINORIAS, TODOS OS DIFERENTES SERÃO ALVO DE VIOLÊNCIA E REPRESSÃO. Dia 20, novo Ato e Passeata, às 18:30, na pç da República.⁴⁸

Este panfleto ressalta a importância dada para a mobilização coletiva e articulada de “todas as minorias, todos os diferentes” face ao contexto de violência e repressão estatal sobre determinadas identidades dissidentes. Ainda sobre este mesmo ato de resistência à “Operação Limpeza” do delegado Richetti, destacamos outro documento que ressalta para a questão da articulação de lutas e mobilizações entre movimentos:

[...] O alvo preferido do delegado são os homossexuais, os negros, travestis e prostitutas. Porém, qualquer outra pessoa pode ser detida. Por isso estamos convocando todas as pessoas a participarem do ATO PÚBLICO CONTRA A REPRESSÃO POLICIAL a ser realizado na sexta-feira, dia 13/06/80, nas escadarias do Teatro Municipal, às 18:30 horas. Precisamos dar um basta à essa onda de violência. TODOS AO ATO PÚBLICO.⁴⁹

Assinado por grupos que representavam o movimento negro, lésbico, feminista, de mulheres, homossexual e organizações da esquerda brasileira, este panfleto demonstra a mobilização coletiva de grupos que, não raro, viam a necessidade de articular suas reivindicações e pautas em defesa de seus direitos

⁴⁷ No capítulo “‘Queremos ser o que somos’: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985)”, apresentamos considerações a respeito das tentativas de construção de lutas interseccionais entre esses movimentos (Cf. BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019).

⁴⁸ AEL/Unicamp.

⁴⁹ AEL/Unicamp.

coletivos⁵⁰, contra a repressão do Estado e contra a precarização de suas vidas. A partir do contato com as coleções presentes no AEL, é possível compreender as diversas redes de vínculo e de fortalecimento estabelecidas individual e coletivamente entre os indivíduos que fizeram parte dessa resistência⁵¹.

Com base também nesta documentação citada acima, refletimos sobre a capacidade do arquivo em materializar determinadas memórias, uma vez que é capaz de desenvolver/emergir diversas narrativas a partir de seus documentos. Dessa forma, faz-se necessário ressaltar o papel e a importância social do AEL – enquanto arquivo público – para preservar diversas memórias e patrimônios materiais e culturais de grupos sexuais, étnicos, políticos e sociais que foram fundados, se expandiram e lutaram durante o período ditatorial e na redemocratização no Brasil. Portanto, o AEL assume um lugar de memória em retomar identidades de grupos historicamente marginalizados que lutaram por seus direitos, como o movimento homossexual, lésbico, de mulheres, feminista e negro, por exemplo⁵², operando também enquanto um arquivo vivo de luta.

Gênero, arquivos e memórias sobre as ditaduras: pesquisas feministas realizadas no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)

Considerado como um “arquivo do feminismo dos tempos de ditadura”⁵³, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vem desde o ano de 2004 conquistando e acumulando uma série de pesquisas e documentos – como periódicos, entrevistas, fotografias, entre outros – que remontam e tematizam as ditaduras do Cone Sul – Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Chile. Numa ótica teórico-metodológica que problematiza as relações de gênero e os feminismos nesses países, suas pesquisas entendem essas categorias como centrais para compreender as relações de poder e as hierarquias nos corpos como um conflito social⁵⁴.

Um dos mais recentes projetos de pesquisa que vigorou no LEGH⁵⁵ e que teve extrema importância para a reflexão e construção desse artigo, assim como para outros trabalhos publicados⁵⁶ com

⁵⁰ BORGES, Luiz A. Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 209-332.

⁵¹ Ibidem.

⁵² PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória* 3, n. 1. 2007, p. 87-100.

⁵³ SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Sobre os projetos em andamento realizados no Laboratório, ver: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/pesquisas/>.

⁵⁶ Destacam-se os seguintes trabalhos: “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985)” (BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019) e “Entre lutas, afetos e emoções no Brasil: movimentos de liberação homossexual (1964-1985)” (BORGES; ZANDONÁ, 2020).

a documentação do AEL, foi o “Mulheres de Luta: esquerdas e feminismo no Brasil (1964-1985)” – financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O projeto – que foi realizado entre 2016 e 2019 – teve como principal objetivo investigar as lutas e resistências feministas exercidas por, sobretudo, mulheres, no período da ditadura civil-militar sob a ótica das relações de gênero. Não somente problematizando as hierarquias de gênero marcadas nos corpos, o projeto considerou também a interseccionalidade dentro das/os integrantes dos movimentos, percebendo as marcas de raça, sexualidade e classe como fundamentais para entender e complexificar o estudo sobre a condição da mulher e das sexualidades dissidentes no período ditatorial. As/os pesquisadoras/es do LEGH que compuseram o projeto – da graduação ao pós-doutorado – se engajaram em investigar as peculiaridades e as pautas do feminismo enquanto movimento político, social e histórico, destacando também para as desigualdades e hierarquias presentes nos grupos de esquerda que atuaram em concomitância contra a ditadura brasileira.

Para a retomada dessas memórias, foram realizados levantamentos de fontes orais e documentais por parte da equipe do LEGH, possibilitando, assim, a construção de novas narrativas históricas sobre o período. Ao longo da pesquisa o acervo do LEGH conseguiu desenvolver trinta novas entrevistas⁵⁷, além da coleta de novos documentos, expandindo seu acervo testemunhal e documental⁵⁸. Além do trabalho com as entrevistas – vinculado à metodologia da História Oral –, o projeto atuou na investigação de arquivos – a partir de viagens de pesquisa de equipes de pesquisadores/as – como feito no AEL, no Centro da Informação da Mulher (CIM), no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no Arquivo Nacional e entre outros. O trabalho resultou em um livro e em um webdocumentário organizado tematicamente e lançado em novembro de 2019, durante a realização da IV Jornadas do LEGH: Mulheres de Luta⁵⁹.

Os *minidocs* que integram o webdocumentário foram roteirizados a partir do trabalho de equipes em analisar e selecionar trechos das fontes documentais e orais coletados e existentes no arquivo do LEGH, buscando assim construir uma narrativa da trajetória de luta dos movimentos feministas e suas intersecções e conflitos sociais que emergiram com os movimentos de esquerda durante os anos de 1964 a 1985. Assim, é a partir da junção de diversos documentos selecionados, de trechos de vídeos, áudios e fotografias, que se realizaram esse material com fim público e didático, em forma de *site* interativo. Pretendemos, com a produção do webdocumentário, que estes materiais se tornem acessíveis e utilizados

⁵⁷ Atualmente o acervo do LEGH possui mais de 230 entrevistas sobre a militância feminista e de esquerdas durante os anos 1960, 1970 e 1980 nos países do Cone Sul (Cf. SILVA; PEDRO; WOLFF, 2018).

⁵⁸ A respeito das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e de seu acervo, ver mais em: IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: pesquisas e histórias feministas. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina. (Org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 384-405.

⁵⁹ O livro e os webdocumentários podem ser encontrados no site do Mulheres de Luta. Disponível em: <<https://mulheresdeluta.ufsc.br>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

por diversos públicos, como estudantes de ensino fundamental e médio, professoras/es das redes públicas e privadas de ensino, estudantes universitárias/os, imprensa, movimentos, ONGs, entre outras. Dessa forma, podemos compreender que os produtos do projeto “Mulheres de Luta” propõem extrapolar as barreiras de espaço existentes na academia, democratizar o acesso à informação e contribuir para uma nova forma de pensar a educação histórica sobre a ditadura civil-militar no Brasil, construindo uma plataforma dinâmica e didática que corrobora com o exercício da História Pública⁶⁰. Desse modo, possibilitamos a democratização do conhecimento e a difusão de narrativas que se encontram salvaguardados em arquivos e diferentes lugares de memórias.

Considerações finais

No tempo presente, os caminhos da violência continuam tomando suas formas assustadoras. A violência contra os corpos e sexualidades dissidentes, o machismo, o racismo e o classismo, por exemplo, encontram-se latentes na sociedade brasileira, a qual carrega reminiscências de um passado violento e repressor. Nesse sentido, percebemos a importância de continuar resistindo às estruturas dominantes de poder que sustentam as relações entre os corpos e subjetividades. Afastando-se das situações de violência em direção à conscientização, buscamos tornar pública as narrativas e memórias daquelas/es que existem, até hoje, enquanto resistência.

Nesse sentido, pretendemos, ao longo deste trabalho, realizar a compreensão do AEL enquanto um espaço de memória das sexualidades dissidentes, a partir também da contextualização de grupos de luta contra a ditadura brasileira, a respeito dos grupos homossexuais, lésbicos e feministas, por exemplo. O Arquivo Edgard Leuenroth nos ofereceu subsídios para melhor problematizar esta rede de movimentos contra-hegemônicos que emergiram enquanto resistência às estruturas de poder do período da ditadura civil-militar, possuindo inúmeras fontes raras e, atualmente, atuando como um dos maiores acervos públicos de movimentos sociais do Brasil, sendo, de fato um arquivo vivo da luta LGBTQI+ no Brasil.

Mesmo com a consciência de que o arquivo possui seus silenciamentos e apagamentos – ao passo em que não dá conta de abranger todos os corpos e subjetividades em sua documentação – percebemos a importância dessas histórias serem publicizadas e amplamente divulgadas. A partir do movimento de deslocar essas histórias do âmbito privado ao público, as consideramos capazes de gerar reconhecimento coletivo e promover novas formas de luta.

Para além de preencher lacunas a respeito dos movimentos sociais e LGBTQI+ brasileiros, intencionamos ao longo deste trabalho instigar a pesquisa histórica que pense as diferentes memórias e

⁶⁰ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: a comunicação e a educação histórica. *Revista Observatório*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 41-65, abr. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3465>>. Acesso em: 1 de mar. 2020.

vivências individuais e coletivas salvaguardadas pelo Arquivo Edgard Leuenroth. Pretendemos, então, contribuir para uma historiografia comprometida em promover a inserção de grupos que, por muito, foram negligenciadas/os da História.

FONTES

AEL/Unicamp. Pastas: “Atobá”, “Centro da Mulher Brasileira São Paulo”, “Coletivo Feminista Campinas”, “Darling”, “Gente Gay”, “Grupo Ação de Liberação Feminista – GALF”, “Grupo Feminista – coleção Elisabeth Souza Lobo”, “Grupo Outra Coisa”, “Grupo Somos”, “João Antônio Mascarenhas”, “O Snob”, “Oito de março” e “Triângulo Rosa”.

REFERÊNCIAS

BORGES, Luiz A. Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 209-232.

BORGES, Luiz A. Possamai; ZANDONÁ, Jair. Entre lutas, afetos e emoções no Brasil: movimentos de liberação homossexual (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair. *IV Jornadas do LEGH: anais eletrônicos*. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2020, p. 399-412.

BOURCIER, Sam. *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat*, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. *Políticas antigênero en América Latina: Brasil – ¿La catástrofe perfecta?*. Trad. de Jimena de Garay. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. *FGV CPDOC*, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/49110>>

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927 – 1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19. p. 189-313, 2003.

IRE, Binah; SILVA, Camila D.; LENZI, Maria H. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 185-208.

- IRE, Binah. ; SILVA, Janine Gomes da; O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: pesquisas e histórias feministas. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina. (Org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 384-405.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. “O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas.” *Patrimônio e Memória* 3, n. 1. 2007, p. 87-100.
- PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. HISTÓRIA PÚBLICA: a comunicação e a educação histórica. *Revista Observatório*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 41-65, abr. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3465>. Acesso em: 1 de mar. 2020.
- SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.
- SIMÕES, Júlio Assis. O protesto contra o delegado Richetti em São Paulo. In.: CAETANO, Marcio *et al. Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Tubarão: Copiart; Rio Grande: Furg, 2018, p. 39-42.
- SOLIVA, Thiago Barcelos. A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da Turma OK. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 121-135.
- VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria. Outras Histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (Org.). *História & Teoria Queer*. 1ed. Salvador: Editora Devires, 2018, v. 1, p. 123-142.
- ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Ael*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.